

À Comissão Permanente de Licitação do Município de Itumbiara/GO

Referência: Pregão Eletrônico nº 017/2024.

Processo Administrativo nº 60686/2024.

A empresa BN EXPRESS II COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.891-225/0001-50, sediada Q SAAN QUADRA 3 S/N LOTE 750 PARTE A ZONA INDUSTRIAL BRASÍLIA/DF – CEP 70.632-320, por intermédio do seu representante legal o Sr. BERNARDO SANDRI DE OLIVEIRA BORGES, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2.773.308 SSP/DF e CPF nº 035.582.031-51,, por sua representante legal, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no item 9 do Edital do Pregão em epígrafe, à presença de Vossa Senhoria apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da sua desclassificação no item 14.

1. DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

O presente Recurso Administrativo é plenamente tempestivo, uma vez que a Recorrente tem o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, nos termos do item 10.2 do Edital.

Considerando o prazo para apresentação do presente recurso, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo se dá em 13/01/2025, razão pela qual deve conhecer e julgar o presente recurso administrativo.

2. DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O Pregão Eletrônico nº 017/2024 tem como objeto o registro de preço para futura e eventual a aquisição de bolsas e insumos de colostomia, ileostomia e urostomia para atender aos pacientes oriundos de processos judiciais, para atender as necessidades do órgão ou entidade municipal,

conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

A empresa BN EXPRESS II COMERCIO E SERVICOS LTDA cadastrou sua proposta para o item 14 de acordo com o descritivo apresentado no Termo de Referência, contudo, obteve sua proposta desclassificada sem razoáveis motivos, conforme restará demonstrado adiante.

3. DAS RAZÕES DE RECURSO

Conforme consta no descritivo do item 14 transcrito do Termo de Referência, o produto a ser ofertado pelos fornecedores deveriam atender as seguintes exigências:

BOLSA DE COLOSTOMIA OPACA (1PEÇA) BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, DRENÁVEL OPACA, RECORTÁVEL, TAMANHO APROXIMADO DE 10- 70MM, COM BARREIRA PROTETORA DE PELE, DIÂMETRO DE ABERTURA PARA ESTOMA, RECORTÁVEL, INICIAL EM 10M E MÁXIMO DE 70MM **E CLIPE DE FECHAMENTO**. CAIXA COM 10 UNIDADES. REGISTRO ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES.(grifo nosso).

Entretanto, e, que pese a oferta de produto de acordo com as disposições editalícias esta empresa foi erroneamente durante a fase de análise técnica sob o motivo do produto não conter clipe de fechamento. Contudo, a análise foi equivocada pois o produto ofertado possui o clipe, = cumprindo integralmente a função na qual se destina.

Isto porque, na própria ficha técnica disponibilizada pelo fabricante possui o indicativo de que o produto é completo, tendo inclusive a orientação de que o clipe de fechamento contém metal. Por outro lado, também consta nas instruções de uso a necessidade de manusear o clipe corretamente a fim de se adequar ao melhor ajuste ao paciente, vejamos:

Alterna®

pt Bolsa para ostomia
- 1 peça drenável

Cuidados com Estomia



Instruções de utilização
Leia com atenção as instruções a seguir.

23327928 Version 1 O logotipo da Coloplast é uma marca registrada da Coloplast A/S. Todos os direitos reservados. © 2021-07-28

Coloplast do Brasil Ltda
Rua Luis Correia de Melo, nº 92, Conj 141
Vila Cruzeiro, São Paulo - SP, Brasil
CEP 04.726-220
CNPJ: 02.794.555/0003-40
Resp. Tec: Daniel F. P. da Silva
CRF-SP: 99504
Serviço de Apoio ao Cliente (SAC)
Tel: 0800 285 86 87
Reg. ANVISA: 1043010022, 10430310099, 10430310100, 10430310101

Finalidade prevista

A bolsa para ostomia é indicada para coletar passivamente efluentes de um estoma. A base adesiva é presa à bolsa para ostomia e deve aderir à pele intacta ao redor do estoma.

Indicações

O dispositivo é indicado para pessoas com estoma.

Alertas

A reutilização do produto de uso único não é recomendada, pois pode ocorrer contaminação cruzada, levando, possivelmente, a infecção local.

O reprocessamento, a lavagem, a desinfecção e/ou a nova esterilização podem comprometer as características do produto, o que poderá causar um risco adicional de danos físicos ou infecção ao usuário.

Precauções

Para uso apropriado, consulte um profissional de saúde antes de começar a usar um produto de convexidade.

A bolsa de ostomia é rotulada como "Não segura para RM" pois seu clipe de fechamento contém metal. A bolsa, ou o clipe metálico, deve ser removida antes do exame de RM.

Este produto não é estéril e deve ser usado com precaução em bebês prematuros ou bebês que estejam em incubadoras, pois ele pode aumentar o risco de infecção.

Informação

Bolsa para ostomia de uso único.

Os produtos devem ser armazenados na caixa até serem removidos para uso, pois a caixa protege o produto, e a etiqueta na caixa contém informações importantes como número do lote, data de validade e código de barras exclusivo.

A Coloplast não aceita responsabilidade por qualquer lesão ou perda que possam surgir se estes produtos for utilizado de forma contrária às atuais recomendações da Coloplast.



Coloplast

Condições de armazenamento especial
Manter afastado da luz solar.

Armazenar o produto horizontalmente.

Como utilizar

Preparação



Recorte o adesivo para ajustá-lo ao tamanho e forma exata do estoma usando tesouras curvas e pequenas. Oriente-se pela marca de recorte sobre o adesivo. Você pode usar o guia de medição fornecido para medir o diâmetro e a forma do seu estoma. Um ajuste preciso entre a base adesiva e o estoma é importante para reduzir o risco de problemas de vazamento e de pele.



Remova o clipe da folha e remova o papel protetor. Coloque o lado adesivo para baixo na abertura. Se o clipe não estiver colocado corretamente de início, remova-o e volte a colocá-lo. Dobre 4 a 5 vezes em direção à pele e, em seguida, dobre para trás as extremidades do clipe. Se tiver um grampo duro só é necessário dobrar a bolsa uma vez antes de fechar o grampo.



Limpe cuidadosamente o estoma e a área de pele ao seu redor. A pele deve estar totalmente seca antes de aplicar o adesivo.



Aplicação



Retire a película de proteção do adesivo.



Dobre o adesivo para trás, alinhe o adesivo ao redor do estoma e pressione-o com firmeza na pele. O adesivo deve ficar bem ajustado ao redor do estoma. Para evitar vazamentos, é importante garantir uma vedação firme ao redor do estoma. Ao aplicar pressão na base adesiva/bolsa sobre o abdômen, comece na área ao redor do estoma e pressione o adesivo contra a pele. Passe o dedo ao redor do estoma para garantir a vedação do adesivo. Alise o adesivo para baixo, começando no estoma e indo em direção às bordas, para garantir que o adesivo esteja em contato total com a pele.



Aplique pressão sobre a bolsa para assegurar a aderência rápida e um ajuste perfeito entre o adesivo e a pele ao redor do estoma.

Importante ainda ressaltar que o clipe insurge como mecanismo necessário para garantir a funcionalidade do produto bem como o fechamento

eficiente da bolsa, uma vez que eventual ausência do clipe compromete significativamente a eficiência do produto. Portanto, não há qualquer justificativa para ausência deste acessório.

Além do mais, como bem sabido, a Lei 14.133/21 é a legislação responsável por delinear as contratações públicas submetidas às licitações e os contratos administrativos. Neste regramento, o legislador optou por dispor os princípios norteadores cujo tem observância obrigatória não somente pelo contratante, mas também pelos contratados sob pena de tornar a contratação eivada de ilegalidade.

Nessa premissa, o legislador dispôs de forma expressa o princípio da vinculação do edital, senão vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Nesse mesmo sentido, Helly Lopes Meirelles menciona o seguinte:

“a vinculação ao edital significa que a administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela

licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.”

Diante disso, ao mencionar tal princípio, o próprio legislador reconheceu a importância de que os atos convocatórios sejam seguidos de maneira estrita sem qualquer discricionariedade pelas partes. Nesse entendimento, a Administração Pública ao publicar o edital relacionado ao pregão eletrônico nº 17/2024 optou por mencionar quais características os produtos em que pretende adquirir devem possuir para um fornecimento de qualidade aos usuários.

É bem verdade que o princípio da vinculação ao edital insurge com o objetivo de trazer a segurança de que os atos praticados pela Administração Pública durante as contratações são dotados de isonomia. Assim, no momento da seleção, o agente público garante não somente o menor preço, mas também o atendimento aos critérios formais e materiais. Portanto, sendo constatado que o produto ofertado pelo fornecedor vencedor atende as exigências editalícias, é dever do agente público garantir que o mesmo seja classificado, sob pena de que ato administrativo esteja dotado de ilegalidade.

Além do mais, em se tratando de contratações públicas cujo objeto é voltado a saúde e incolumidade física, ao contratar um produto de acordo com previsto, a Administração Pública também garante a proteção pela saúde e segurança do consumidor, haja vista que o produto ofertado atende as reais necessidades do usuário, situação esta que inibe qualquer responsabilidade civil do Estado.

Ademais, vale ainda pontuar que, em que caso houvesse razoáveis dúvidas em relação do atendimento do produto quanto às especificações do termo de Referência, seria plenamente possível que fosse solicitado amostra para fins de análise técnica.

Por fim, vale ainda destacar que a empresa vencedora CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR, apresentou o produto da marca **Convatec modelo Active Life 19 a 64mm**. Contudo, o produto apresentado claramente contraria ao descritivo técnico, uma vez que no termo de referência exigiu-se produto cujo tamanho seja de aproximadamente 10 a 77mm.

Portanto, não sendo considerada a reclassificação desta empresa BN Express II quanto ao atendimento integral das disposições editalícias, se torna como medida correta a igual desclassificação da empresa Científica Médica Hospitalar, tendo em vista que o produto ofertado contraria as exigências técnicas.

Dessa forma, por todos os motivos aqui expostos e tendo ciência que o produto ofertado por recorrida atende ao descritivo técnico resta como medida correta a ser tomada por este órgão a reclassificação da mesma, considerando a autotutela da Administração Pública.

Por fim, não entendendo desta maneira, resta senão como medida cabível a desclassificação da atual arrematante do item, tendo em vista que o produto ofertado não atende as exigências editalícias, nos termos do art. 59 da Lei 14.133/21 no qual dispõe o seguinte:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

(...)

4. DOS PEDIDOS

Em face de todo o exposto, requer-se seja conhecido o presente Recurso Administrativo, e no seu mérito seja julgado totalmente procedente, para que:

- a) Seja reclassificada a empresa BN EXPRESS II COMERCIO E SERVICOS LTDA no item 14, tendo em vista que o produto ofertado atende integralmente as especificações técnicas exigidas.
- b) Caso entenda por manter a desclassificação desta recorrente, subsidiariamente requer que seja desclassificada a atual arrematante CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR vez que a mesma desatende o descritivo técnico por ter ofertado produto em tamanho distinto, declarando assim o item como fracassado.



Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 13 de janeiro de 2024.

BN EXPRESS II COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 44.891.225/0001-50
BERNARDO SANDRI DE OLIVEIRA BORGES
CPF: 035.582.031-51 / RG: 2.773.308 SSP/DF